

Deputado propõe CPI na Assembléia do Rio para investigar milícias

Rio de Janeiro - O deputado estadual Marcelo Freixo (P-Sol) vai propor nesta segunda-feira a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembléia Legislativa do Rio do Janeiro (Alerj) para investigar a ação das milícias e do tráfico nas favelas cariocas.

Neste fim de semana, dois policiais militares morreram (o soldado Carlos Henrique Lessa Ferreira e o sargento Alex Sarmiento Mendes) e outros dois ficaram feridos em tiroteios ocorridos em duas favelas do Rio: Cidade Alta, em Cordovil, zona oeste, na madrugada deste domingo, e morro do Barbante, na Ilha do Governador, na noite de sábado.

O assessor de comunicação da Polícia Militar, coronel Rogério Seabra, informou que só um policial estava a serviço e os outros três, de folga. E disse que as circunstâncias das mortes dos policiais, como os motivos das presenças deles nos locais dos conflitos, serão investigadas.

O coronel declarou que, oficialmente, não existem milícias para a PM, que não faria distinção entre traficantes e milicianos. "Para nós, não há diferença. São grupos criminosos, usam armas ilegais e atuam de forma clandestina. A orientação é intervir sempre que houver conflitos entre milícias e bandidos, a fim de preservar a população".

Para o deputado Marcelo Freixo, integrante da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj, o Rio vivencia um avanço das milícias. Segundo ele, são grupos formados por policiais, ex-policiais, agentes penitenciários e bombeiros, que lutam e expulsam o tráfico das comunidades e passam a ter domínio do território.

"Eles lucram com a extorsão de moradores para manter a segurança e com a venda de serviços, como TV a cabo ou transporte alternativo", explica Freixo.

Ele contou que entrará com pedido de CPI para investigar as milícias juntamente com o deputado Alessandro Molon (PT), atual presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos: "Não é possível que um grupo criminoso, formado por policiais, seja alternativa ao tráfico de drogas. Isso é inaceitável, temos que exigir que o estado esteja presente nas comunidades".

A atuação das milícias veio à tona no final do ano passado, quando uma série de ataques coordenados fez várias vítimas fatais no Rio. Em seguida, os governos estadual e federal implantaram um plano conjunto de combate à violência, com uso das Forças Armadas e da Força Nacional de Segurança.

O Exército começou a patrulhar as ruas no entorno das unidades militares no estado. O pedido de policiamento próximo aos quartéis havia sido feito pelo governador do estado, Sérgio Cabral, e aprovado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

